

Caderno de Prova

Código do Eixo
104

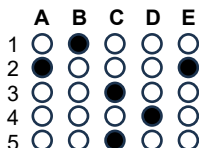
Gestão e Negócios
Contabilidade

Edital Nº 36/2025 – REI/IFPE

Data: ____/____/____

INSTRUÇÕES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA

- Use apenas caneta esferográfica de tinta na cor preta e fabricada em material transparente.
- Escreva a data, a sua assinatura e o seu número de inscrição no espaço indicado nesta capa.
- A prova terá duração máxima de 4 (quatro) horas, incluindo o tempo para responder a todas as questões do **Caderno de Prova** e preencher a **Folha de Respostas**.
- Antes de retirar-se definitivamente da sala, entregue a **Folha de Respostas** e o **Caderno de Prova** ao Fiscal.
- Este **Caderno de Prova** contém 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha, cada uma com 05 (cinco) opções, das quais apenas 01 (uma) é correta.
- Se o **Caderno de Prova** contiver alguma imperfeição gráfica que impeça a leitura, comunique isso imediatamente ao fiscal, para que seja efetuada de imediato a troca do Caderno.
- Cada questão de múltipla escolha apresenta apenas **uma** resposta correta. Para a marcação da opção escolhida na **Folha de Respostas**, pinte completamente o campo correspondente conforme a figura a seguir:



- Os rascunhos e as marcações feitas neste **Caderno de Prova** não serão considerados para efeito de avaliação.
- Interpretar as questões faz parte da avaliação; portanto, não é permitido solicitar esclarecimentos aos fiscais.
- O preenchimento da **Folha de Respostas** é de sua inteira responsabilidade.
- A quantidade de questões objetivas e respectivas pontuações desta prova estão apresentadas a seguir:

Área do conhecimento	Número de questões	Valor total (Pontos)
Língua Portuguesa	05 questões	10 pontos
Conhecimentos Didático-Pedagógicos	10 questões	20 pontos
Integridade	05 questões	10 pontos
Conhecimento Específico	30 questões	60 pontos
PONTUAÇÃO TOTAL		100 pontos

ASSINATURA DO CANDIDATO:

NÚMERO DE INSCRIÇÃO:

LÍNGUA PORTUGUESA

As questões de 1 a 4 referem-se ao Texto 1.

TEXTO 1

A ciência transforma, mas só se for compreendida

André Kauric de Campos

A história mostra que a insegurança com o novo não é novidade. Desde que a humanidade aprendeu a transformar ideias em ferramentas, todo salto tecnológico foi precedido por uma fase de dúvida, resistência, desconfiança — e muita desinformação. É um período de desorientação coletiva, em que o pensamento crítico parece hibernar e a mente pública se torna refém de processos que se impõem de forma automatizada, sem qualquer domínio social.

É justamente nesse lapso entre a revolução e a compreensão que surgem os maiores perigos: a lucidez coletiva se fragiliza, e a população se torna mais vulnerável à manipulação por parte de pessoas ou corporações oportunistas, gananciosas e sabotadoras do bem comum. Foi assim com a teoria da evolução, a energia nuclear e os antibióticos. Ainda é com as vacinas, a informação e as redes sociais.

Esse intervalo entre a tecnologia e seu domínio público pode ser fatal. E a receita para evitar o colapso sempre foi a mesma: comunicação pública da ciência. Vejamos o caso da inteligência artificial (IA), um dos grandes saltos tecnológicos do nosso tempo — ao lado da computação quântica, da biotecnologia e da automação autônoma. No Brasil, por exemplo, a Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial (EBIA) representa um avanço relevante. Diretrizes foram definidas. Centros de pesquisa estão sendo anunciados em diferentes estados, inclusive no Distrito Federal. O plano é robusto: princípios éticos, regulamentação, segurança, transparência e incentivo à inovação.

Mas há uma ausência comum — e grave — em todas essas iniciativas: não há qualquer eixo, meta ou investimento voltado à comunicação pública da ciência. E isso compromete tudo. A IA é, antes de tudo, uma nova forma de se relacionar com o mundo, com os dados, com as decisões. Mas, quando a população não é chamada a entender — apenas a obedecer —, cria-se um ambiente propício à desinformação, ao medo e ao uso indevido. A IA pode transformar e unir o mundo — mas só com educação e comunicação podemos fazê-la conversar de forma eficiente e sábia.

Assim como a internet, o medo da IA não é da tecnologia; é do novo. Do que não se conhece. Do que não se domina. Do que é anunciado como inevitável, mas não explicado como funciona. Sem pontes entre o conhecimento técnico e o entendimento público, corremos o risco de construir muros em vez de caminhos. A IA para o povão não será de inteligência — será de ilusão.

Não basta que os algoritmos sejam éticos. É preciso que sejam compreendidos. Não basta que os dados sejam transparentes. É preciso que estejam acessíveis. O problema não é a inteligência artificial — é a ausência de comunicação real. Sem comunicação pública da ciência, até o progresso vira ameaça. A tecnologia evolui. Mas o entendimento precisa acompanhar. O futuro só será coletivo se for compreensível. Inteligência artificial, sem escuta e explicação, vira apenas exclusão automatizada.

Imagine algoritmos decidindo quem recebe um benefício social, quem será priorizado na saúde pública ou quais bairros devem ter mais policiamento. Agora, imagine que ninguém sabe como essas decisões são feitas — nem mesmo quem as administra. A inteligência vira opacidade. O automatismo vira desumanização.

Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br>. Acesso em: 11 ago. 2025.

1. De forma global, o texto

- A) é construído em torno do diálogo entre uma tese anterior e uma nova tese, tematizando os danos cognitivos provocados pelo uso indiscriminado das inovações tecnológicas pelas pessoas.
- B) apresenta uma sucessão de eventos e tematiza a sensação de insegurança resultante do excesso de inovações tecnológicas na vida das pessoas comuns.
- C) apresenta uma sucessão de eventos e tematiza os benefícios latentes da inteligência artificial para uma melhor organização da vida em sociedade.
- D) é construído em torno do diálogo entre uma tese anterior e uma nova tese, tematizando as contribuições positivas resultantes do uso comedido das inovações tecnológicas pelas pessoas comuns.
- E) é construído em torno do diálogo entre uma tese anterior e uma nova tese, tematizando as consequências do hiato entre as inovações tecnológicas e a comunicação eficiente dessas inovações.

2. Em relação aos benefícios trazidos pelas inovações tecnológicas, o texto desenvolve um raciocínio
- A) comparativo, que é revelado no quinto parágrafo por meio da expressão “assim como”.
 - B) explicativo, que é antecipado pelo título, por meio do uso da conjunção “se”.
 - C) conclusivo, que é revelado no quinto parágrafo por meio da expressão “assim como”.
 - D) proporcional, que é revelado no quinto parágrafo por meio da expressão “assim como”.
 - E) condicional, que é antecipado pelo título, por meio do uso da conjunção “se”.
3. Considere o excerto reproduzido a seguir.

O problema não é a inteligência artificial — é a ausência de comunicação real. Sem comunicação pública da ciência, até o progresso vira ameaça.

A palavra em destaque

- A) tem valor argumentativo, pois sinaliza que a informação por ela introduzida funciona como argumento mais forte em uma escala argumentativa, e poderia ser substituída, mantendo-se essa função, por “no mínimo”.
 - B) tem valor argumentativo, pois deixa subentendida a existência de uma escala com outros argumentos mais fortes, e poderia ser substituída, mantendo-se essa função, por “inclusive”.
 - C) tem valor argumentativo, pois sinaliza que a informação por ela introduzida funciona como argumento mais forte em uma escala argumentativa, e poderia ser substituída, mantendo-se essa função, por “inclusive”.
 - D) é isenta de valor argumentativo, pois funciona tão somente como preposição e denota limite quantitativo para a informação por ela introduzida.
 - E) é isenta de valor argumentativo, pois funciona tão somente como advérbio e denota valor inclusivo para a informação por ela introduzida.
4. Considere o período reproduzido a seguir.

Mas, quando a população não é chamada a entender — apenas a obedecer —, cria-se um ambiente propício à desinformação, ao medo e ao uso indevido.

Nesse período,

- A) a presença das duas primeiras vírgulas é justificada, pois elas delimitam um bloco sintático-semântico que funciona como informação principal; a retirada desse bloco inviabiliza a estrutura sintática.
- B) a presença das duas primeiras vírgulas é justificada, pois elas delimitam um bloco sintático-semântico deslocado e subordinado à informação principal; a retirada desse bloco não inviabiliza a estrutura sintática.
- C) a combinação da vírgula com o travessão é justificada, pois isso ocorre sempre em períodos cujas orações estão articuladas por coordenação alternativa.
- D) a presença das duas primeiras vírgulas é justificada, pois elas delimitam um bloco sintático-semântico deslocado e subordinado à informação principal; a retirada desse bloco inviabiliza a estrutura sintática.
- E) a combinação da vírgula com o travessão é justificada, pois isso ocorre, obrigatoriamente, entre orações articuladas por coordenação aditiva.

5. Considere o texto reproduzido a seguir.

TEXTO 2



Disponível em: folha.uol.com.br. Acesso em: 19 ago. 2025.

A leitura dos textos 1 e 2 permite afirmar que eles

- A) mantêm intertextualidade temática, com posicionamentos convergentes, apesar de representarem gêneros textuais distintos.
- B) mantêm intertextualidade temática, com posicionamentos divergentes, apesar de representarem gêneros textuais distintos.
- C) mantêm intertextualidade estilística, com posicionamentos convergentes, e representam um mesmo gênero textual.
- D) mantêm intertextualidade estilística, com posicionamentos divergentes, apesar de representarem gêneros textuais distintos.
- E) mantêm intertextualidade temática, com posicionamentos convergentes, e representam um mesmo gênero textual.

CONHECIMENTOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS

6. Os fundamentos da educação e da docência constituem-se em referenciais teóricos, históricos, sociais e epistemológicos, que orientam a prática do professor e a compreensão do papel da escola. Considerando a relação entre educação, sociedade e trabalho, no contexto do compromisso com a formação omnilateral e politécnica, é correto afirmar que
- A) os fundamentos da docência, ao serem compreendidos como essencialmente técnicos e instrumentais, asseguram a neutralidade científica da prática pedagógica, garantindo que o professor atue sem influências ideológicas.
 - B) a formação de professores implica discutir o sentido social e político da educação. Dessa forma, ensinar é mais do que transmitir informações, é formar sujeitos históricos capazes de compreender e transformar a realidade.
 - C) a perspectiva libertária da educação reduz a docência ao domínio de conteúdos disciplinares e das tecnologias, ignorando a subjetividade e a experiência vivida dos estudantes na vida comunitária.
 - D) a Pedagogia Colaborativa fundamentada no Escolanovismo entende a docência como prática essencialmente emancipadora, responsável por romper com a reprodução das desigualdades sociais.
 - E) os saberes docentes, no âmbito da pedagogia crítico-social dos conteúdos, são restritos ao conhecimento acadêmico e científico, desconsiderando outras formas de saber que não tenham origem no espaço universitário ou nas pesquisas formais.
7. Considerando que não existe imparcialidade no processo de formação docente, um projeto institucional, político e pedagógico voltado à formação de professores, quando em oposição ao modelo social hegemônico e aos seus desdobramentos, deve fundamentar-se em uma epistemologia que assuma explicitamente uma orientação finalística de transformação da sociedade e de superação das desigualdades sociais produzidas pela dinâmica do capital. Nesse contexto, é imprescindível assumir a epistemologia
- A) da complexidade, baseada na racionalidade científica.
 - B) pluralista, voltada para a eficiência e produtividade.
 - C) da práxis, fundamentada no materialismo histórico-dialético.
 - D) humanista, inspirada no existencialismo e na fenomenologia.
 - E) construtivista, apoiada nas teorias de aprendizagem individual.
8. O currículo integrado constitui uma concepção de organização curricular bastante discutida no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e nas propostas formativas voltadas à classe trabalhadora, especialmente à luz da perspectiva politécnica e ou omnilateral. Considerando os fundamentos que o sustentam, o currículo integrado, dentre as suas características, é concebido como
- A) um modelo de currículo modular e uma organização institucional seriada que articula os conhecimentos das disciplinas em projetos de ensino, priorizando as disciplinas comuns das áreas de ensino.
 - B) um processo de unificação administrativa de cursos e um ensino por módulos como meio de assegurar a existência de um currículo transdisciplinar.
 - C) uma proposta pedagógica que privilegia a lógica da empregabilidade, da flexibilidade e da adaptação imediata ao mercado, como uma unidade interdisciplinar da teoria e da prática.
 - D) uma concepção pedagógica e uma organização institucional que integra a formação geral, técnica e política, tendo o trabalho como princípio educativo.
 - E) um projeto político e pedagógico em que se admite a lógica mercadológica da educação, reconhecendo-a como direito social e elemento essencial da cidadania e da emancipação humana.

9. Tomando por base as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para Educação Profissional e Tecnológica (Resolução CNE/CP nº 01/2021), analise o seguinte fragmento textual:

Trata-se da estrutura de organização da Educação Profissional e Tecnológica, considerando as diferentes matrizes tecnológicas nele existentes, por meio das quais são promovidos os agrupamentos de cursos, levando em consideração os fundamentos científicos que as sustentam, de forma a orientar o Projeto Pedagógico do Curso (PPC), identificando o conjunto de conhecimentos, habilidades, atitudes, valores e emoções que devem orientar e integrar a organização curricular, dando identidade aos respectivos perfis profissionais. (Brasil, 2021, p. 4)

A descrição anterior refere-se à definição de:

- A) Itinerário Formativo.
 - B) Eixo tecnológico.
 - C) Área Tecnológica.
 - D) Qualificação Profissional.
 - E) Estágio Profissional.
10. A Lei nº 11.892/2008 instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs). Considerando sua definição identitária, os IFs se constituem em instituições
- A) interdisciplinares e multicampi, voltadas exclusivamente à formação técnica de nível médio em diferentes modalidades de ensino.
 - B) multicampi e pluricurriculares, especializadas na oferta de educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades de ensino.
 - C) multidisciplinares e pluricurriculares, especializadas em cursos técnicos e superiores de tecnologia, com organização curricular voltada à formação para o mercado de trabalho.
 - D) multicampi e interdisciplinares, voltadas para a pesquisa acadêmica e para as formações técnicas e de pós-graduação *stricto sensu*.
 - E) pluricurriculares de ensino superior, com foco na formação profissional, podendo atuar na forma conveniada do ensino básico integrado ao profissional.
11. Considerando as orientações legais quanto à estrutura e à organização da educação profissional técnica de nível médio, identifica-se como possibilidades para o desenvolvimento dos cursos técnicos a forma
- A) concomitante intercomplementar, ofertada a quem ingressa no Ensino Médio ou já o esteja cursando, efetuando-se matrículas distintas para cada curso, aproveitando oportunidades educacionais disponíveis, seja em unidades de ensino da mesma instituição ou em distintas instituições e redes de ensino.
 - B) concomitante, desenvolvida simultaneamente em distintas instituições ou redes de ensino, mas integrada no conteúdo, mediante a ação de convênio ou acordo de complementaridade, para a execução de projeto pedagógico unificado e conclusivo à certificação.
 - C) subsequente intercomplementar, desenvolvida em cursos destinados exclusivamente a quem esteja cursando a última série e/ou já tenha concluído o Ensino Médio, sendo previsível a celebração de convênios junto a IES voltados à verticalização para os cursos de tecnologias.
 - D) integrada, ofertada somente a quem já tenha concluído o Ensino Fundamental, com matrícula única na mesma instituição, de modo a conduzir o estudante à habilitação profissional técnica ao mesmo tempo em que conclui a última etapa da Educação Básica.
 - E) integrada intercomplementar, ofertada somente a quem já tenha concluído o Ensino Fundamental ou esteja cursando o Ensino Médio, com matrícula única na mesma instituição, de modo a conduzir o estudante a itinerários distintos, sendo a terminalidade da Educação Básica ou à habilitação profissional técnica.

12. A Curricularização da Extensão na Educação Superior é normatizada pela Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, da Câmara de Educação Superior (CES) do Conselho Nacional de Educação (CNE). Esse mesmo documento regulamenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. De acordo com os documentos acima referenciados, as atividades de extensão devem compor o total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação. Dessa forma, as atividades de extensão devem compor, no mínimo,
- A) 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular, sendo incluída na matriz curricular dos cursos e desenvolvida por meio de programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social.
 - B) 5% (cinco por cento) do total da carga horária curricular, inserida na matriz curricular, podendo ser cumprida de forma optativa, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social.
 - C) 20% (vinte por cento) da carga horária curricular, a ser cumprida em atividades de estágios supervisionado e ou profissionais, independentemente de sua vinculação a programas e projetos de extensão universitária,
 - D) 12% (dez por cento) da carga horária curricular, desenvolvida de forma complementar à matriz curricular dos cursos, centrada nas áreas de grande pertinência social e sem necessidade de integração pedagógica.
 - E) 15% (quinze por cento) do total da carga horária curricular, incluída na matriz curricular e direcionada, prioritariamente, a atividades acadêmicas internas e coesas nas áreas de grande pertinência social.
13. A Lei nº 8.069/1990 (ECA) e a Lei nº 9.394/1996 (LDB), com suas atualizações, estabelecem diretrizes para a garantia do direito à educação, destacando a responsabilidade das instituições escolares no planejamento pedagógico e na articulação com a família. Considerando a relação entre as duas leis citadas, é correto afirmar que
- A) o projeto político-pedagógico das escolas, de acordo com o ECA e a LDB, deve ser elaborado de forma exclusiva e obrigatória pela equipe gestora, sendo preferencial a participação da comunidade escolar e da família no processo de planejamento.
 - B) tanto a LDB quanto o ECA delimitam a incumbência da escola à transmissão de conteúdos curriculares e delegam à família a formação integral do educando e sua relação com a cidadania e os valores curriculares.
 - C) o ECA assegura que a responsabilidade pela frequência escolar recai unicamente sobre a família, e a LDB define que é uma condicionalidade as instituições de ensino acompanharem e notificarem órgãos competentes em caso de abandono.
 - D) o ECA, em consonância com a LDB, determina que é dever das instituições de ensino respeitar e fomentar a participação da família e da comunidade, reconhecendo que a efetivação do direito à educação é uma responsabilidade compartilhada.
 - E) a LDB corrobora ao ECA ao dispor que o planejamento escolar deve priorizar exclusivamente as demandas do currículo oficial do sistema de ensino, atendendo, quando possível, temáticas que estejam atinentes ao contexto social dos educandos e sua comunidade.
14. Na base científica conceitual acerca da organização curricular, há referências sobre a relevância dos princípios pedagógicos como elementos orientadores à organização de um tipo de currículo. Entre esses princípios pedagógicos, há aqueles que permitem diferentes possibilidades de projetos formativos comprometidos com a ideia de integração. São eles:
- A) Interação, Adaptação e Avaliação, por serem os elementos básicos do ato pedagógico.
 - B) Objetividade, Neutralidade e Flexibilidade, em razão da Práxis.
 - C) Interdisciplinaridade, Contextualização e Teleologia, por serem basilares à Práxis.
 - D) Cooperação, Tecnologia e Filosofia Pragmática, razão da unidade teoria-prática.
 - E) Cultura, Transposição e Didática, por serem aspectos do ato pedagógico.

15. Na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), a avaliação deve estar articulada aos princípios e às diretrizes curriculares e contribuir para superar as concepções reducionistas e meramente classificatórias. Nesse sentido, o processo avaliativo na EPT deve
- A) ser contínuo, processual e formativo, articulando teoria e prática; e sendo diagnóstico, formativo e somativo, de modo a contribuir para o desenvolvimento crítico e integral do estudante.
 - B) priorizar a aferição quantitativa do desempenho dos estudantes, relativizando notas e índices de aprovação, de modo a atender às demandas de produtividade educacional.
 - C) certificar conhecimentos atinentes à empregabilidade do estudante, garantindo que ele esteja pronto para se adaptar às exigências imediatas do mercado de trabalho.
 - D) assegurar a neutralidade e a objetividade científica, devendo ser orientado a partir de princípios gerais da educação nacional, das determinações da Classificação Brasileira de ocupações e do Plano de Ação da gestão institucional, como forma de diálogo com o mundo do trabalho.
 - E) basear-se em testes padronizados e externos, assegurando a isonomia e comparabilidade entre diferentes instituições e campi dos Institutos Federais.

INTEGRIDADE

16. Um servidor público federal foi avaliado pela Comissão de Ética do órgão onde atua, conforme o disposto no Decreto nº 1.171/1994. Ao final do processo, a comissão concluiu pela aplicação de penalidade ao servidor. Nesse cenário, identifique a pena aplicável na legislação para o servidor público federal.
- A) Advertência, verbal ou escrita, desde que a Comissão de Ética tenha observado o direito à ampla defesa do servidor.
 - B) Censura ou advertência, sendo formalizada pelo presidente da Comissão de Ética e encaminhada à autoridade máxima do órgão ao qual o servidor esteja vinculado.
 - C) Determinação de abertura de processo administrativo disciplinar ou, alternativamente, de arquivamento do processo.
 - D) Advertência ou suspensão, desde que devidamente fundamentada em parecer elaborado pelo presidente da Comissão de Ética.
 - E) Censura e sua fundamentação constará do respectivo parecer, assinado por todos os integrantes da Comissão de Ética, com ciência do faltoso.
17. A Política de Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal, instituída pelo Decreto nº 11.529/2023, busca ampliar o acesso da sociedade a dados e informações da administração pública federal, fortalecendo a participação social e a melhoria das políticas públicas, compreendendo assim:
- A) A transparência passiva, direcionada à publicação de informações previamente classificadas como de interesse coletivo; a transparência ativa, com a divulgação dos relatórios de gestão; e a abertura de bases de dados para órgãos de controle interno.
 - B) A transparência passiva, condicionada à apresentação de justificativa pelo solicitante; a transparência ativa, limitada a informações de caráter institucional; e a abertura de bases de dados, condicionada à autorização prévia do órgão central do Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação.
 - C) A transparência passiva, aplicável para informações classificadas como reservadas ou secretas; a transparência ativa, prevista para situações excepcionais de interesse institucional; e a abertura de bases de dados sigilosos após o transcurso de 10 anos.
 - D) A transparência passiva, voltada ao atendimento de pedidos de informação; a transparência ativa, destinada à divulgação de informações nos sítios eletrônicos oficiais; e a abertura de bases de dados produzidos, custodiados ou acumulados pela administração pública federal.
 - E) A transparência passiva, voltada à disponibilização automática das informações institucionais; a transparência ativa, restrita a dados financeiros e orçamentários; e a abertura de bases de dados gerados pelas transferências de recursos a entidades privadas.

18. O conceito de governança pública, trazido no Decreto nº 9.203/2017, apresenta um conjunto de mecanismos para o exercício da governança pública. Assinale a alternativa que apresenta corretamente esse conceito:
- A) Conjunto de mecanismos normativos e operacionais voltados à execução fiscal, orçamentária e financeira, priorizando a conformidade legal e a eficiência administrativa na utilização dos recursos públicos.
 - B) Conjunto de mecanismos de controles internos, formalmente estruturados, destinados a assegurar a conformidade com normas, regulamentos e políticas internas, com foco na identificação e mitigação de riscos.
 - C) Conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade.
 - D) Conjunto de mecanismos de auditoria e fiscalização aplicado aos atos e procedimentos administrativos, visando assegurar a transparência, a economicidade e o cumprimento das metas fiscais e organizacionais previstas.
 - E) Conjunto de mecanismos estruturados voltados à gestão de pessoas, promoção da ética, integridade e transparência, com ênfase no desenvolvimento organizacional e no fortalecimento da gestão de riscos.
19. A Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais) define, em seu art. 5º, inciso II, o conceito de dado pessoal sensível. Assinale a alternativa que apresenta corretamente esse conceito:
- A) Dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural.
 - B) Dado pessoal que se refere a informações financeiras ou patrimoniais do indivíduo, como renda, relação patrimonial dos bens imóveis, investimentos, dívidas bancárias e relação de credores e dado referente à saúde ou à vida sexual.
 - C) Dado classificado como pessoal que permite identificar direta ou indiretamente uma pessoa natural, como nome, endereço residencial, telefone ou e-mail pessoal, CPF (Cadastro de Pessoa Física), dado referente à saúde ou à vida sexual.
 - D) Dado pessoal relacionado a informações de consumo, histórico de compras e vendas ou registros em plataformas digitais, utilizado para estratégias de marketing e publicidade direcionada, dado referente à saúde ou à vida sexual.
 - E) Dado pessoal classificado como sensível pelo indivíduo, que poderá ser disponibilizado mediante solicitação do interessado, observadas as regras estabelecidas na Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011).
20. Durante uma oficina de formação para servidores federais sobre prevenção e enfrentamento do assédio e da discriminação, uma comissão de integridade convidada abordou a articulação entre o Decreto nº 12.122/2024, que institui o Programa Federal de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação, e a Portaria MGI nº 6.719/2024, que institui o Plano Federal de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação, ambos aplicáveis à administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Na explanação, destacou-se que:

“Ambos os dispositivos legais se complementam no que se refere às diretrizes para a prevenção e enfrentamento do assédio e da discriminação no âmbito da administração pública federal direta. O Decreto fixou as diretrizes de universalidade, transversalidade, confidencialidade e resolutividade, enquanto a Portaria acrescentou outras diretrizes essenciais para assegurar os objetivos do Programa e do Plano.”

Com base na exposição e nos marcos legais citados, o Plano Federal acrescentou

- A) responsabilidade administrativa, proteção à vítima, transparência e integridade.
- B) compromisso social, sigilo, participação social indireta e organização do trabalho.
- C) valorização, contraditório, ampla defesa, proteção de dados e comunicação.
- D) mediação de conflitos, rede de acolhimento, prevenção e saúde no trabalho.
- E) compromisso institucional, acolhimento, comunicação não violenta e integralização.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. De acordo com o Código de Ética Profissional do Contador, na necessidade de aplicação de sanções para infração ética, é considerado uma atenuante a
- A) ação ou omissão que macule publicamente a imagem do contador.
 - B) punição ética anterior transitada em julgado.
 - C) prestação de serviços relevantes à Contabilidade.
 - D) gravidade da infração identificada.
 - E) presença de punição ética anterior.
22. A Contabilidade é uma ciência social aplicada que tem como objetivo estudar, registrar, controlar e interpretar os fenômenos que afetam o patrimônio das entidades. Para cumprir esse papel, utiliza-se de técnicas próprias, obedece a princípios fundamentais e possui um objeto específico. Considere os seguintes elementos: Auditoria, Prudência e Patrimônio. Marque a opção que indica os respectivos significados.
- A) Técnica, princípio, objeto.
 - B) Objeto, técnica, princípio.
 - C) Princípio, técnica, objeto.
 - D) Objeto, princípio, técnica.
 - E) Princípio, objeto, técnica.
23. A Empresa ABC produziu 2.900 unidades, sendo 400 delas defeituosas. As 400 unidades defeituosas foram vendidas pelo valor líquido total de R\$ 32.200,00, considerando apenas os custos de fabricação. Os custos totais de fabricação no período foram de R\$ 308.200,00. O custo unitário de cada peça perfeita foi de:
- A) R\$ 114,07.
 - B) R\$ 122,22.
 - C) R\$ 110,40.
 - D) R\$ 123,20.
 - E) R\$ 124,07.
24. Dados do Balanço Patrimonial de uma empresa, constavam as seguintes informações: Total do Ativo = R\$ 10.000.000,00; Patrimônio Líquido = R\$ 3.000.000,00; Índice de Liquidez Corrente = 1,2; Grau de concentração do passivo no curto prazo = 30%. Identifique o valor total do Ativo Não Circulante desta empresa, em Reais.
- A) R\$ 7.000.000,00.
 - B) R\$ 6.520.000,00.
 - C) R\$ 4.120.000,00.
 - D) R\$ 5.420.000,00.
 - E) R\$ 7.480.000,00.
25. Dentre os modelos de orçamento empresarial, existe o que se baseia no orçamento do ano anterior, acrescentando ou subtraindo uma porcentagem fixa para cada item. Esse tipo de orçamento é mais rápido e prático de fazer, mas também pode perpetuar ineficiências ou desperdícios. Trata-se do
- A) orçamento Flexível.
 - B) orçamento Contínuo.
 - C) orçamento Estático.
 - D) orçamento Incremental.
 - E) orçamento Base zero.

26. Segundo o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), as demonstrações contábeis aplicadas ao setor público incluem, entre outras:
- A) Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração do Valor Adicionado, DMPL e Notas Explicativas.
 - B) Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial e Demonstração das Variações Patrimoniais.
 - C) Demonstração de Fluxo de Caixa, Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados e Balanço orçamentário.
 - D) exclusivamente o Balanço Patrimonial, já que as demais peças são substituídas pelas notas explicativas.
 - E) Relatório da Administração, Parecer da Auditoria Independente e Demonstração do Valor Adicionado.
27. Dentro da escrituração, o lançamento contábil é o ato formal de registrar o fato contábil no livro diário, utilizando-se do método das partidas dobradas, no qual cada débito corresponde a um crédito de igual valor. Dessa forma, garante-se o equilíbrio do sistema contábil e a adequada representação das transações. Sobre o lançamento D – Lucros Acumulados C – Dividendos a Pagar, é correto afirmar que
- A) aumenta a situação líquida patrimonial.
 - B) é de segunda fórmula.
 - C) diminui o capital de terceiros.
 - D) caracteriza um fato permutativo.
 - E) indica uma das destinações do lucro líquido.
28. A contabilização do “IR a Recolher” sobre o lucro de uma empresa traduz um fato
- A) modificativo diminutivo.
 - B) permutativo.
 - C) misto diminutivo.
 - D) modificativo aumentativo.
 - E) misto aumentativo.
29. A característica do Lançamento contábil de 2ª fórmula é
- A) uma conta devedora e uma credora.
 - B) diversas contas devedoras e diversas contas credoras.
 - C) duas contas devedoras e duas credoras.
 - D) uma conta devedora e duas ou mais credoras.
 - E) uma conta credora e duas ou mais devedoras.
30. As demonstrações contábeis representam, de forma estruturada, a posição patrimonial e financeira e o desempenho da entidade. Para satisfazer a seus objetivos, as demonstrações contábeis proporcionam informação da entidade acerca do seguinte:
- A) ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas, alterações no capital próprio e ganhos e perdas.
 - B) ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas, alterações no capital de giro e fluxos de caixa.
 - C) ativos, passivos, patrimônio líquido, resultados do período, alterações no capital de giro, fluxos de caixa e valor adicionado.
 - D) ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas, alterações no capital próprio e fluxos de caixa.
 - E) ativos, circulantes e não circulantes, passivos, circulantes e não circulantes, patrimônio líquido, resultados do período, ganhos e perdas, alterações no capital de giro próprio e valor adicionado.

31. Com relação às demonstrações contábeis, o pagamento de parcela do principal de um empréstimo bancário provoca alterações na Demonstração
- A) dos Fluxos de Caixa e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.
 - B) do Resultado do Exercício e no Balanço Patrimonial.
 - C) do Resultado do Exercício e na Demonstração do Valor Adicionado.
 - D) dos Fluxos de Caixa e na Demonstração do Resultado do Exercício.
 - E) dos Fluxos de Caixa e no Balanço Patrimonial.
32. A Empresa XYZ produz e vende 1.000 unidades de determinado produto a R\$ 50,00 cada. Os custos são: Custo variável unitário: R\$ 20,00 e Custos fixos totais: R\$ 10.000,00. Pelo custeio variável, o lucro operacional é de
- A) R\$ 30.000,00.
 - B) R\$ 35.000,00.
 - C) R\$ 38.000,00.
 - D) R\$ 20.000,00.
 - E) R\$ 40.000,00.
33. Com relação ao custeio ABC, assinale a alternativa correta.
- A) Os custos indiretos são apropriados aos produtos com base nos direcionadores de custos, buscando refletir o real consumo das atividades.
 - B) Apenas custos variáveis diretos são alocados aos produtos, os demais são tratados como despesas incorridas.
 - C) Os custos são atribuídos aos produtos exclusivamente pela quantidade produzida.
 - D) O ABC é aceito pela legislação societária e fiscal brasileira para fins obrigatórios de publicação.
 - E) No ABC, os custos fixos nunca são alocados aos produtos.
34. A empresa ABC deseja lançar determinado produto com custo variável unitário de R\$ 25,00 e custo fixo total de R\$ 150.000,00. Pretende obter lucro de R\$ 50.000,00 e espera vender 10.000 unidades. O preço de venda unitário preciso para atingir a meta será de:
- A) R\$ 48,00.
 - B) R\$ 55,00.
 - C) R\$ 30,00.
 - D) R\$ 45,00.
 - E) R\$ 25,00.
35. A empresa XYZ vende um produto por R\$ 100,00. O custo variável unitário é R\$ 60,00 e os custos fixos totais são R\$ 40.000,00. O ponto de equilíbrio contábil, em unidades, pode ser definido como de:
- A) 2.000 unidades.
 - B) 1.500 unidades.
 - C) 1.000 unidades.
 - D) 3.000 unidades.
 - E) 4.000 unidades.
36. O princípio ético fundamental que exige que o contador atue com honestidade, retidão e lealdade em todas as suas relações profissionais, mantendo a confiança pública na profissão, é o da
- A) competência profissional.
 - B) confidencialidade.
 - C) integridade.
 - D) comportamento profissional.
 - E) objetividade.

37. A divulgação voluntária de informações sobre o desempenho econômico, social e ambiental de uma organização é uma prática central do conceito de
- A) transparência.
 - B) sigilo profissional.
 - C) competitividade.
 - D) governança fiscal.
 - E) marketing social.
38. O princípio contábil que estabelece que a entidade deve ser tratada como uma pessoa distinta da de seus sócios, não se misturando o patrimônio da empresa com o patrimônio particular deles, é o
- A) princípio da entidade.
 - B) princípio da competência.
 - C) princípio da oportunidade.
 - D) princípio do registro pelo valor original.
 - E) princípio da prudência.
39. Considere a seguinte situação hipotética: uma empresa adquiriu um veículo a prazo por R\$ 100.000,00, para ser utilizado pela área administrativa. A empresa também pagou à vista, via transferência bancária, um valor de R\$ 2.000,00 referente ao emplacamento e taxas de licenciamento inicial. Assinale a alternativa que apresenta o lançamento contábil que reflete corretamente o registro inicial do veículo no ativo imobilizado.
- A) D - Veículos (Ativo Não Circulante) R\$ 100.000,00; D - Despesas com Veículos (Resultado) R\$ 2.000,00; C - Fornecedores a Pagar (Passivo Circulante) R\$ 100.000,00; C - Caixa/Bancos (Ativo Circulante) R\$ 2.000,00.
 - B) D - Veículos (Ativo Não Circulante) R\$ 102.000,00; C - Fornecedores a Pagar (Passivo Circulante) R\$ 100.000,00; C - Caixa/Bancos (Ativo Circulante) R\$ 2.000,00.
 - C) D - Veículos (Ativo Não Circulante) R\$ 102.000,00; C - Financiamentos a Pagar (Passivo Não Circulante) R\$ 102.000,00.
 - D) D - Despesas Pré-Operacionais (Resultado) R\$ 102.000,00; C - Contas a Pagar (Passivo Circulante) R\$ 102.000,00.
 - E) D - Veículos (Ativo Não Circulante) R\$ 100.000,00; C - Fornecedores a Pagar (Passivo Circulante) R\$ 100.000,00.
40. Uma empresa realizou a venda de mercadorias, cujo custo era de R\$ 50.000,00, pelo valor de R\$ 80.000,00, recebendo 50% à vista e o restante a prazo. O lançamento contábil correto para registrar a baixa do estoque, referente ao Custo da Mercadoria Vendida (CMV), é:
- A) D - Estoques (Ativo Circulante) R\$ 50.000,00; C - Custo da Mercadoria Vendida (Conta de Resultado) R\$ 50.000,00.
 - B) D - Despesas com Vendas (Conta de Resultado) R\$ 50.000,00; C - Caixa/Bancos (Ativo Circulante) R\$ 50.000,00.
 - C) D - Caixa/Bancos (Ativo Circulante) R\$ 50.000,00; C - Estoques (Ativo Circulante) R\$ 50.000,00.
 - D) D - Perdas de Capital (Resultado) R\$ 50.000,00; C - Estoques (Ativo Circulante) R\$ 50.000,00.
 - E) D - Custo da Mercadoria Vendida (Conta de Resultado) R\$ 50.000,00; C - Estoques (Ativo Circulante) R\$ 50.000,00.

41. Na estrutura do Balanço Patrimonial, o critério utilizado para ordenar as contas do Ativo é:
- A) o critério do grau crescente de exigibilidade, ou seja, as obrigações que vencerão primeiro.
 - B) o critério do grau decrescente de liquidez, apresentando os ativos que sejam convertidos em dinheiro mais rapidamente.
 - C) o critério de valor, apresentando primeiro as contas de maior saldo monetário.
 - D) o critério alfabético, para facilitar a localização das contas.
 - E) o critério de data de aquisição, mostrando os ativos mais antigos primeiro.
42. Na Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), a aquisição de um novo equipamento para a fábrica, com pagamento à vista, deve ser classificada como uma
- A) atividade operacional.
 - B) atividade de financiamento.
 - C) atividade não-caixa.
 - D) atividade econômica.
 - E) atividade de investimento.
43. O conceito de "Resultado Abrangente", que deve ser evidenciado na Demonstração do Resultado Abrangente (DRA) ou como parte da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), é
- A) o mesmo que o fluxo de caixa líquido do período, apurado na DFC.
 - B) o valor total das vendas brutas da empresa antes de qualquer dedução.
 - C) a soma de todos os ativos da empresa menos a soma de todos os seus passivos.
 - D) o resultado líquido somado a outros resultados que não transitam pela DRE.
 - E) um indicador de sustentabilidade social e ambiental, não tendo relação com valores monetários.
44. A principal crítica gerencial ao Custeio por Absorção, apesar de ser o único método aceito pela legislação fiscal brasileira para avaliação de estoques, é que ele pode
- A) ignorar os custos fixos na composição do custo do produto, fornecendo um custo unitário menor que o real.
 - B) distorcer o resultado do período em função das variações no volume de produção, pois permite que custos fixos de produção sejam "estocados" quando a produção é maior que as vendas.
 - C) ser excessivamente complexo e caro de implementar, por exigir o mapeamento de todas as atividades da empresa.
 - D) apresentar um custo de produto que inclui apenas os custos variáveis, dificultando a análise de longo prazo.
 - E) ser utilizado apenas para empresas comerciais, não se aplicando a indústrias ou prestadores de serviço.
45. No Custeio Variável, o conceito fundamental que representa a diferença entre a receita de vendas e o total dos custos e despesas variáveis é
- A) o lucro bruto.
 - B) o custo de transformação.
 - C) a margem de contribuição.
 - D) o lucro operacional.
 - E) o resultado abrangente.
46. Para a formação do preço de venda, uma empresa que utiliza o método *markup* deseja obter uma margem de lucro de 25% sobre o preço de venda. A lógica correta para definir esse preço é expressa pela fórmula:
- A) Preço de Venda = Custo Total * (1 + Percentual de Margem Desejada).
 - B) Preço de Venda = Custo Fixo + (Margem Desejada * Custo Variável).
 - C) Preço de Venda = Custo Total + Percentual de Margem Desejada.
 - D) Preço de Venda = Custo Variável / (1 - Percentual de Margem Desejada).
 - E) Preço de Venda = Custo Total / (1 - Percentual de Margem Desejada).

47. Ao analisar o indicador EBITDA como uma medida da capacidade de geração de caixa operacional de uma empresa, a principal limitação teórica que fundamenta uma crítica a essa utilização é o fato de que
- A) o EBITDA ignora as variações nas contas de capital de giro que representam uma das principais diferenças entre o lucro apurado pelo regime de competência e a efetiva geração de caixa das operações.
 - B) o EBITDA não considera as despesas com juros, o que o torna inadequado para empresas com alto nível de alavancagem financeira, pois a despesa financeira é um item que consome caixa.
 - C) por não deduzir a depreciação e a amortização, o EBITDA não reflete a necessidade de reinvestimento em ativos fixos para manter a capacidade produtiva da empresa.
 - D) o cálculo do EBITDA não é padronizado pelas normas internacionais (IFRS), permitindo que as empresas realizem ajustes que podem distorcer a comparação entre diferentes organizações.
 - E) o EBITDA não leva em conta o impacto dos impostos sobre o lucro, que representam uma saída de caixa obrigatória e, portanto, superestima o caixa disponível para os acionistas.
48. Ao final de um período, um *controller* constata que o resultado real da empresa foi muito superior ao orçado. Nesse caso, a atitude de controle mais apropriada é
- A) aceitar o resultado positivo sem questionamentos, pressupondo que o orçamento era conservador e que a equipe superou as expectativas e, ademais, recompensar todos os gestores.
 - B) investigar as causas da variação positiva, para entender se ela foi resultado de um desempenho excepcional ou de falhas no planejamento a fim de aprimorar futuros ciclos orçamentários.
 - C) realizar um ajuste retroativo no orçamento, elevando as metas para que a variação final se torne nula ou próxima de zero, mantendo a aparência de um planejamento preciso.
 - D) ignorar o orçamento como ferramenta de gestão, já que ele se provou ineficaz para prever o desempenho real da companhia.
 - E) concluir que as metas orçamentárias eram muito fáceis e, para o próximo ciclo, aumentar todas as metas de despesa e receita em um percentual fixo, sem análise das causas.
49. Com a determinação da utilização do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), a principal inovação estrutural em relação aos planos de contas tradicionais foi
- A) a eliminação completa das contas de resultado, focando exclusivamente na variação do patrimônio líquido apurada no Balanço Patrimonial.
 - B) a sua estrutura é flexível e não federativa, permitindo que cada município ou estado crie um plano de contas totalmente independente, sem qualquer padronização nacional.
 - C) a segregação das contas em oito classes, sendo quatro de natureza patrimonial e as demais de natureza orçamentária e de controle permitindo o registro integrado dos fatos orçamentários, financeiros e patrimoniais.
 - D) a adoção do regime de caixa para todas as transações, tanto orçamentárias quanto patrimoniais, em alinhamento com a execução do fluxo de caixa do Tesouro.
 - E) a fusão das contas de natureza orçamentária e patrimonial em um único grupo, simplificando o registro contábil e eliminando a necessidade de demonstrações como o Balanço Orçamentário, financeiro e patrimonial.

50. Considere a situação em que um prefeito, no último ano de seu mandato, contrata uma operação de crédito por antecipação de receita orçamentária (ARO) para financiar despesas de custeio. À luz da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a principal vedação infringida por essa atitude é:
- A) a utilização de recursos de ARO para o pagamento de despesas de custeio, uma vez que a lei restringe seu uso a despesas de capital e ao pagamento de precatórios.
 - B) a ausência de autorização prévia do Tribunal de Contas para a realização da operação, exigência específica para contratações de crédito no último ano de mandato.
 - C) a realização da operação de crédito com um banco privado, pois a LRF obriga que operações de ARO sejam contratadas exclusivamente com bancos públicos federais.
 - D) a contratação de operações de crédito por ARO no último ano de mandato do titular do Poder Executivo.
 - E) o fato de a operação não ter sido liquidada integralmente até o final do primeiro semestre, prazo máximo estabelecido pela LRF para quitação de qualquer ARO.

